

Apresentação do Sr. Guillermo Javier Pedreira Etkin- SEI/SEPLAN

DIA: 30/07/2020

CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA BAHIA

Este estudo apresenta os principais indicadores socioeconômicos atualizados sobre crianças e adolescentes no estado da Bahia. As análises, temáticas, buscam caracterizar a situação de vulnerabilidade econômica de menores de idade baianos, e também quanto às dimensões de trabalho, educação, saúde e segurança. Entre os recortes transversais dos dados, encontram-se intervalos etários, tipo de ocupação (se agrícola ou não), sexo e situação censitária (se residentes rurais ou urbanos).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi fonte para os temas vulnerabilidade econômica e educação, trabalhados a partir dados parâmetros e métodos do Ministério da Cidadania e do próprio IBGE. Para Saúde e Segurança a fonte foi o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DataSus), do Ministério da Saúde, a partir dos métodos estipulados nas Fichas de Indicadores da Rede Integrada de Informações para a Saúde RIPSAs. Destaca-se que as séries temporais não são coincidentes por conta de diferenças nas divulgações das fontes de informação que, ademais, seguem em permanente atualização. Além disso, com relação à recortes de cor/raça, a grande quantidade de informações ausentes comprometeu a construção de alguns indicadores.

Entre os resultados, revela-se emergente um olhar especial em relação ao aumento na incidência da vulnerabilidade econômica para crianças e adolescentes no estado, tanto em termos absolutos (a quantidade de crianças), quanto relativos: aumentou o percentual em relação ao passado, e também em relação ao Brasil – com maior intensidade no meio rural. Nesse sentido, também chama atenção o aumento nas notificações de casos de violência doméstica praticadas contra crianças e adolescentes, que também continuam enfrentando uma situação mais desfavorável que os urbano-residentes quanto a acesso e frequência a escola. Contudo, houve avanço nas condições de saneamento para este público a partir da queda a menos da metade do início da série no número de internações relacionadas a condições de saneamento adequado.

1. VULNERABILIDADE ECONÔMICA

A Bahia seguiu a tendência nacional, enquanto ocorreu uma ampliação relativa das crianças e adolescentes na situação social de extrema pobreza, houve uma tendência inversa para os caracterizados como pobres, de 2012 a 2019. O valor do rendimento médio mensal domiciliar per capita acima de R\$89 e igual ou inferior a R\$ 178 delimitava a pobreza. Por outro lado, os

Governo do Estado da Bahia
Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CECA

extremamente pobres recebiam rendimentos médios mensais domiciliares per capita iguais ou inferiores a R\$89. Na Bahia e no Brasil, a participação da pobreza e da extrema pobreza predomina no meio rural.

Aproximadamente 450 mil crianças e adolescentes viviam em famílias extremamente pobres, na Bahia, em 2019, valor que supera em 113 mil o número dos indivíduos entre 0 e 17 anos em referência ao ano de 2012. Também em termos relativos, em 2019, havia mais crianças e jovens nessa condição (11,8%) do que em 2012 (7,8%) (Gráfico 1.1). No Brasil, quase 3,4 milhões de crianças e adolescentes pertenciam a famílias extremamente pobres em 2019, valor superior em 639 mil crianças e adolescentes em comparação ao ano de 2012. Em 2019, existiam mais crianças e jovens nessa condição (6,7%) do que em 2012 (5,0%) (Gráfico 1.2).

Neste estado nordestino, no que tange às crianças e adolescentes em situação de pobreza, em 2019 havia 509 mil pessoas, cerca de 13% da população nessa faixa etária, contudo esse valor representou cerca de 284 mil crianças e adolescentes a menos do que o ano de 2012. No Brasil, no que diz respeito aos indivíduos de 0 a 17 anos em situação de pobreza, em 2019 existiam 3,7 milhões de pessoas, ou seja, 7,3 % da população nessa faixa etária, contudo esse valor significou cerca de 885 mil crianças e adolescentes a menos do que no ano de 2012.

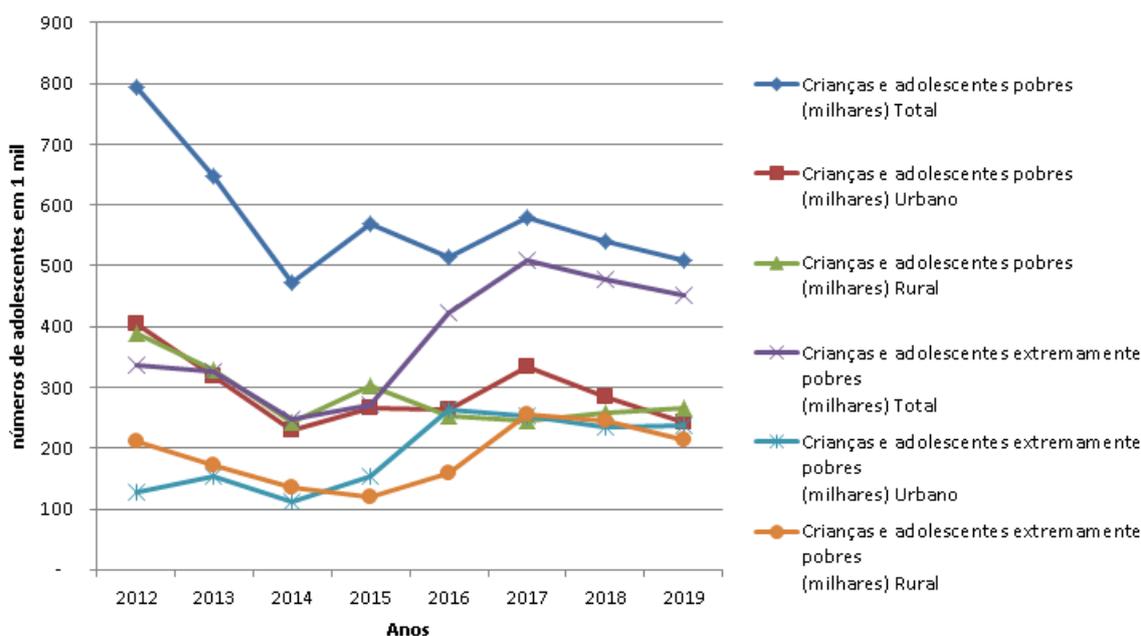


Gráfico 1.1 - Número de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos vivendo em famílias pobres e extremamente pobres. Bahia, 2012 - 2019.

Fonte: IBGE-PNADC. Cálculos da SEI/DIPEQ a partir dos microdados, 2019.

Governo do Estado da Bahia
Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CECA

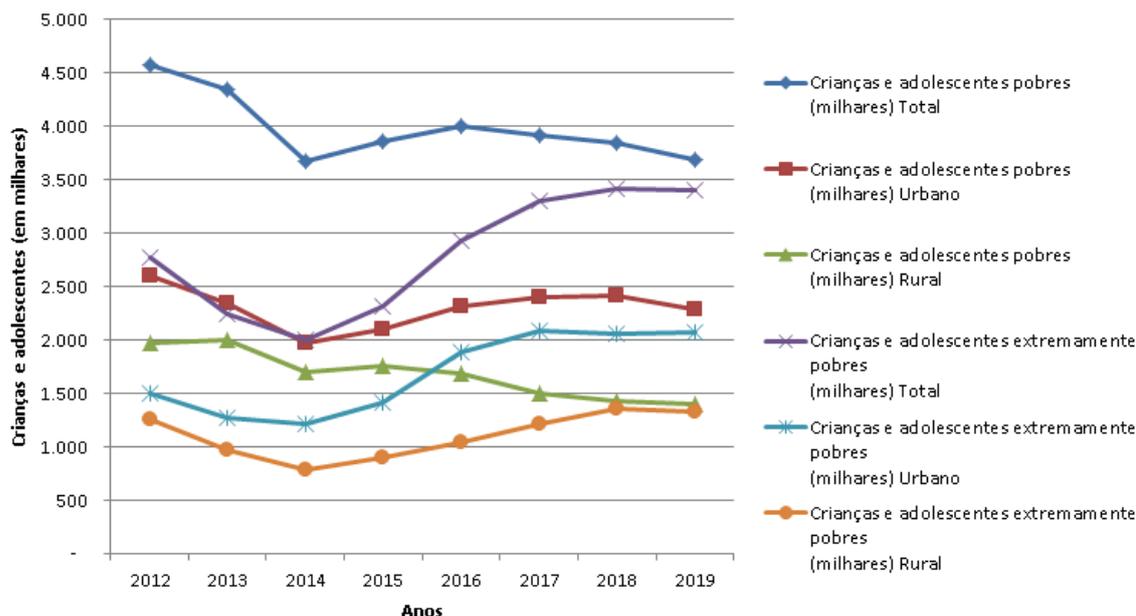


Gráfico 1.2 - Número de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos vivendo em famílias pobres e extremamente pobres e pobres. Brasil, 2012 - 2019.

Fonte: IBGE-PNADC. Cálculos da SEI/DIPEQ a partir dos microdados, 2019.

2. TRABALHO

Houve diminuição em termos absolutos e relativos dos adolescentes ocupados na Bahia e no Brasil, independentemente da situação censitária, entre 2012 e 2019. Observou-se, também, que o percentual de adolescentes ocupados na zona urbana (11,3%) era bem similar a percentagem dos que trabalhavam no meio rural (11,7%) no final do período neste estado nordestino. Mas, no país, o percentual de adolescentes de 14 a 17 anos ocupados na zona rural (16,3%) superava o dos que trabalhavam na zona urbana (11,1%).

Um contingente de 110 mil adolescentes de 14 a 17 anos estava ocupado, na Bahia, no ano de 2019. No início da série em 2012, esse grupo era de 235 mil, alcançando o valor máximo do período com 247 mil jovens trabalhadores em 2014. Em termos relativos, em 2019, na Bahia, 11,4% dos adolescentes de 14 a 17 anos estavam ocupados, bem inferior aos 22% de 2012. Dos 11,4 pontos percentuais ocupados, em 2019, 3,4 pontos percentuais trabalhavam no setor agrícola e 8,1 pontos percentuais trabalhavam no setor não agrícola.

Aproximadamente 1,5 milhões de adolescentes de 14 a 17 anos estavam ocupados no Brasil no ano de 2019. No início da série em 2012, esse conjunto era de 2,8 milhões, maior valor da série. Em termos relativos, em 2019, no Brasil, 11,9% dos adolescentes de 14 a 17 anos estavam trabalhando, bem inferior aos 19% de 2012. Dos 11,9 pontos percentuais ocupados, em 2019, 2,2 pontos percentuais trabalhavam no setor agrícola e 9,8 pontos percentuais estavam ocupados no setor não agrícola.

Governo do Estado da Bahia
Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CECA

Horas habitualmente trabalhadas

Na Bahia e no Brasil, houve uma redução da média de horas habitualmente trabalhadas por semana pelos adolescentes de 14 a 17 anos ocupados em todos os trabalhos, em diversos setores, entre 2012 e 2019, independentemente da situação censitária. Mas, no estado, enquanto ocorreu um acréscimo nas horas trabalhadas pelos adolescentes no setor agrícola, principalmente nas áreas urbanas, houve um arrefecimento na média de horas trabalhadas semanalmente no setor não agrícola. E, no país, reduziu-se a média de horas habitualmente trabalhadas por semana pelos adolescentes de 14 a 17 anos no setor agrícola e não agrícola, nas zonas urbanas e nas rurais.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC revelam que a média de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos para pessoas de 14 a 17 anos de idade na Bahia foi de 22,9 horas no ano de 2019. No início da série, em 2012, esse intervalo de tempo representava quase 26 horas. Os ocupados no setor agrícola trabalharam em média 25,6 horas e os ocupados do setor não agrícola 21,7 horas, em 2019, sendo que àqueles que trabalham no setor agrícola urbano dedicam quase 30 horas por semana, contra 21,7 horas daqueles que trabalham no setor não agrícola no meio urbano. E, os que trabalham na zona rural, estão ocupados por mais horas (24,8 horas) nos segmentos agrícolas do que no setor não agrícola (21,8 horas).

A média de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos para pessoas de 14 a 17 anos de idade no Brasil foi de 25,7 horas no ano de 2019. No início da série em 2012, esse intervalo era de quase 31 horas. Os ocupados no setor agrícola trabalham em média 24,8 horas e os ocupados do setor não agrícola 25,9 horas, em 2019, sendo que àqueles que trabalham no setor agrícola urbano dedicam quase 30 horas por semana, contra 26,0 horas daqueles que trabalham no setor não agrícola no meio urbano. Por outro lado, os que trabalham no setor não agrícola no meio rural (25,0 horas) trabalham mais do que os no setor agrícola rural (23,6 horas).

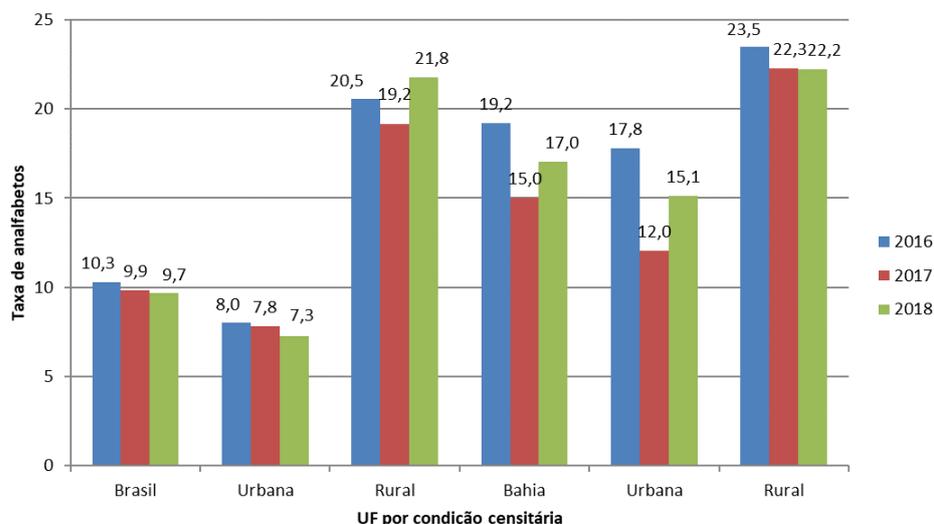
2. EDUCAÇÃO

No período analisado, o percentual de analfabetismo entre as crianças de 8 anos no estado superou o índice para o país. A tendência de redução na percentagem do Brasil não foi observada neste estado nordestino. Em relação à situação censitária, o percentual de crianças nesta idade que não sabem ler e escrever é superior no meio rural na Bahia e no Brasil, reflexo do desafio que é assegurar o acesso à educação com qualidade no campo, bem como a frequência dos jovens à escola.

Segundo a PNAD Contínua do IBGE, o percentual de crianças de 8 anos que não sabiam ler e escrever, na Bahia, era de 17,0%, em 2018. O percentual do estado ultrapassou o encontrado para o Brasil (9,7%), no referido ano (Gráfico 2.1). Na Bahia, em 2018, a percentagem de analfabetos nessa idade no meio rural (22,2%) foi superior em sete pontos percentuais ao urbano (15,1%). No Brasil, o percentual de analfabetos do meio rural (21,8) foi três vezes o registrado na zona urbana (7,3%).

Governo do Estado da Bahia
Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CECA

Ressalta-se que a meta estabelecida no plano de educação é alfabetizar 100% das crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental, cuja idade em média seria 9 anos.



2.1 - Percentual de crianças de 8 anos analfabetas, por situação censitária. Brasil e Bahia, 2016 - 2018.

Fonte: IBGE-PNADC. Cálculos da SEI/DIPEQ a partir dos microdados para a educação, 2016 a 2018.

As meninas de 8 anos apresentam situação mais favorável do que os meninos da mesma idade no quesito alfabetização. Além das taxas de analfabetismo delas serem inferiores às deles, apresenta decréscimo na Bahia e no Brasil no intervalo de tempo avaliado.

Na Bahia, em 2018, o percentual de analfabetos nessa idade do sexo masculino (25,4%) foi superior em 16 pontos percentuais ao feminino (9,2%). No Brasil, o percentual de analfabetos do sexo masculino (12,2%) foi cinco pontos percentuais maior do que o feminino (7,0%).

Ressalta-se que a meta estabelecida no plano de educação é alfabetizar 100% das crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

Frequência escolar bruta

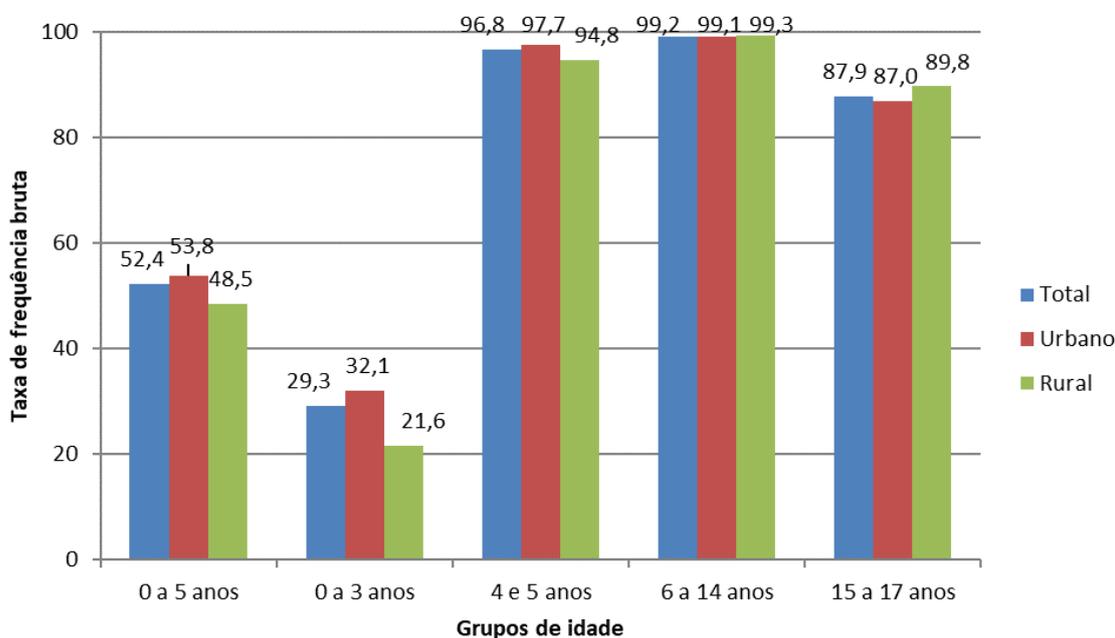
No Brasil e na Bahia, a frequência escolar bruta para os grupos de idade de 0 a 3 e 0 a 5 são as menores se comparadas com as frequências dos outros grupos etários, com quadro ainda mais desfavorável no meio rural. As diferenças de gênero não são significativas neste quesito.

Na Bahia, as taxas de frequência bruta para os grupos de idade de 0 a 3 anos e 0 a 5 anos, com valores de 29,3% e 52,4%, respectivamente, no ano de 2018, apresentaram a maior distância para a universalização. Em seguida, o afastamento menos acentuado da universalização ocorre no grupo de idade de 15 a 17 anos, onde 87,9% dos jovens nessa faixa frequentam à escola. Contudo, neste ano de 2018, os grupos de idade de 4 a 5 anos com frequência de 96,8% e o grupo de 6 a 14 anos com frequência de 99,2% estão próximos da universalização (Gráfico 2.2).

Percebe-se um comportamento semelhante destes indicadores nos períodos anteriores de 2016 e 2017, no entanto, quando se observa os estratos por sexo ou por situação censitária,

Governo do Estado da Bahia
Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CECA

o grupo de 0 a 3 anos apresenta tanto um leve crescimento na taxa no período, bem como apresenta uma situação mais desfavorável para quem reside na zona rural.



2.2 - Taxa de frequência escolar bruta, por situação censitária. Bahia, 2018.

Fonte: IBGE-PNADC. Cálculos da SEI/DIPEQ a partir dos microdados para a educação, 2016 a 2018.

No Brasil, a taxa de frequência bruta para os grupos de idade de 0 a 3 anos e 0 a 5 anos, com valores de 34,2% e 54,2%, respectivamente, no ano de 2018, apresentaram a maior distância para a universalização. Em seguida, o intervalo menos acentuado da universalização ocorre no grupo de idade de 15 a 17 anos, onde 88,2% dos jovens nessa faixa frequentam à escola. Contudo, neste ano de 2018, os grupos de idade de 4 a 5 anos com frequência de 92,4% e o grupo de 6 a 14 anos com frequência de 99,3% estão próximos da universalização.

Percebe-se um comportamento semelhante destes indicadores nos períodos anteriores de 2016 e 2017, no entanto, quando se observa os estratos por sexo ou por situação censitária, o grupo de 0 a 3 anos apresenta tanto um leve crescimento na taxa no período, bem como apresenta uma situação mais desfavorável para quem reside na zona rural.

Frequência escolar líquida

Considerando a presença na escola na idade prevista, os adolescentes residentes das zonas rurais e os do sexo masculino apresentam os mais baixos níveis de frequência escolar líquida no Brasil e na Bahia.

Na Bahia, no ano de 2018, a taxa de frequência líquida para os estudantes de 6 a 14 anos que estão no ensino fundamental (96,1%) está a quase 4% de atingir a meta estabelecida no plano de educação, no entanto, quando se observa a taxa de frequência para o recorte de 6 a 10 anos nos anos iniciais do ensino fundamental (94,1%) e de 11 a 14 anos nos anos finais no ensino fundamental (80,1%) percebe-se um maior desafio para garantir pelo menos 95% dos

Governo do Estado da Bahia
Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CECA

alunos conclua essa etapa na idade recomendada. Em relação a taxa de frequência líquida para os estudantes de 15 a 17 anos no ensino médio (55,4%), há uma grande distância para atingir os 85% estabelecido no plano de educação (Gráfico 2.3).

Percebe-se um comportamento semelhante para indicadores dos grupos de 6 a 10 e 6 a 14 anos nos períodos anteriores de 2016 e 2017, assim como nos estratos por sexo ou por situação censitária. No grupo de 11 a 14 anos e 15 a 17 anos, houve um leve crescimento entre os anos em função do crescimento do percentual de adolescentes do sexo masculino da zona urbana.

As menores taxas são encontradas entre os adolescentes de 15 a 17 anos no Ensino Médio na zona rural, por exemplo, foi 48,3% em 2018.

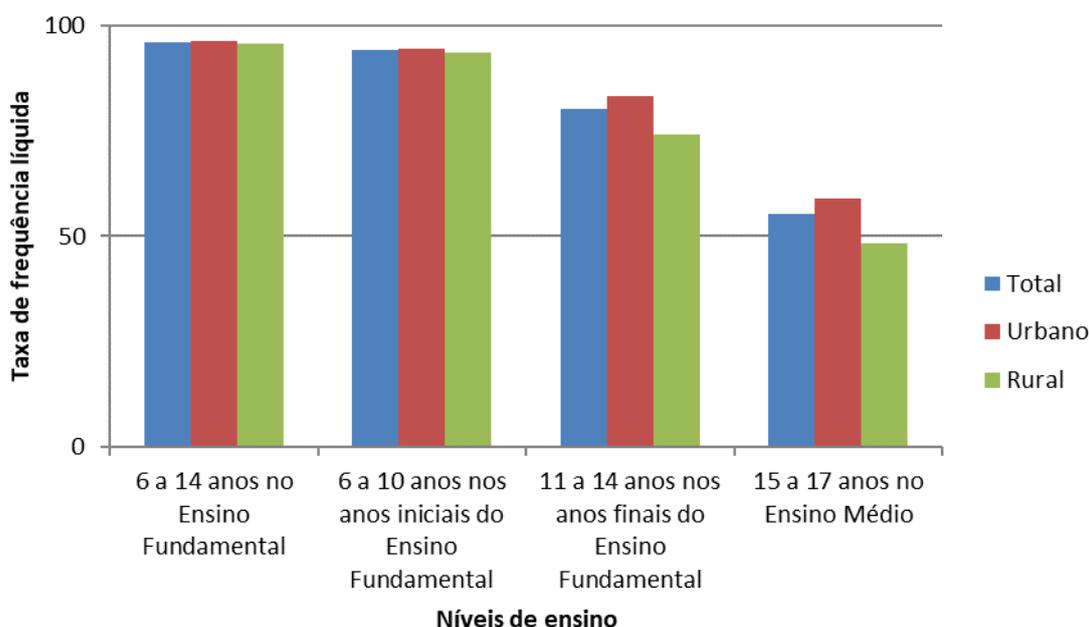


Gráfico 2.3 - Taxa de frequência escolar líquida, por situação censitária. Bahia, 2018.

Fonte: IBGE-PNADC. Cálculos da SEI/DIPEQ a partir dos microdados para a educação, 2016 a 2018.

No Brasil, no ano de 2018, a taxa de frequência líquida para os estudantes de 6 a 14 anos que estão no ensino fundamental (97,4%) está a quase 2% de atingir a meta estabelecida no plano de educação, do mesmo modo, a taxa de frequência para o recorte de 6 a 10 anos nos anos iniciais do ensino fundamental (96,1%) está a quase 4% da meta, no entanto, quando se observa a faixa de 11 a 14 anos nos anos finais no ensino fundamental (86,7%) percebe-se uma maior desafio para garantir pelo menos 95% dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada. Em relação a taxa de frequência líquida para os estudantes de 15 a 17 anos no ensino médio (55,4%), há uma grande distância para atingir os 85% estabelecido no plano de educação.

Observa-se um comportamento semelhante para estes indicadores nos períodos anteriores de 2016 e 2017, assim como nos segmentos por sexo ou por situação censitária. Mas, merece consideração a dificuldade encontrada por quem cursa o nível compatível com as idades das crianças e adolescentes de 11 a 14 nos anos finais do Ensino Fundamental e de 15 a 17 anos no Ensino Médio nas zonas rurais. Os adolescentes do sexo masculino de 15 a 17 anos no Ensino Médio apresentaram as menores taxas.

Governo do Estado da Bahia
Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CECA

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador que mensura, de forma conjunta, a aprovação escolar e o aprendizado em português e matemática, revelou o baixo desempenho do ensino nas escolas públicas brasileiras e, principalmente, nas baianas, em relação à educação básica da rede estadual.

Considerado em uma escala de 0 a 10, 2ª fase do Ensino Fundamental, o IDEB para a Bahia totalizou apenas 3,7 para o ano de 2017. Para o Brasil, o índice alcançou 5,8 para o mesmo ano. A notícia positiva é que, tanto para o Brasil, quanto para a Bahia, o IDEB segue trajetória ascendente (Gráfico 2.4).

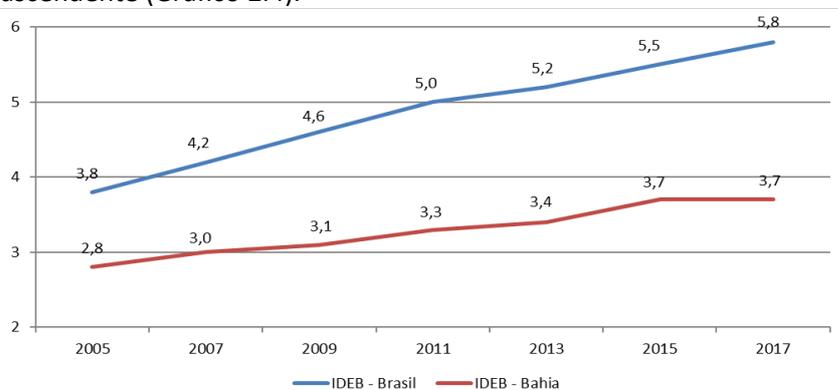
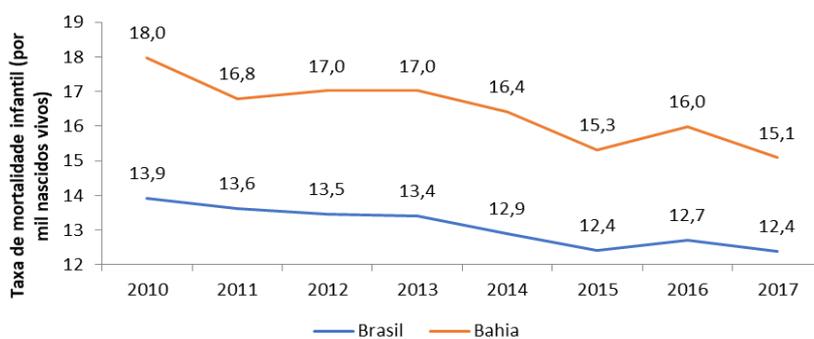


Gráfico 2.4 - Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB - rede estadual 2ª fase EF). Brasil e Bahia, 2005 a 2017.

Fonte: INEP/MEC

3. Saúde

A análise do período 2010-2017 revelou o decréscimo na Taxa de mortalidade infantil, por mil nascidos vivos, para o Brasil. O estado da Bahia seguiu a mesma tendência descendente, mas, os seus valores, ultrapassaram os registrados para o Brasil no mesmo período (Gráfico 3.1). Este indicador reflete, indiretamente, as condições nas quais estão submetidos os bebês e as mães, como educação, renda, acesso à serviços de saúde e saneamento básico. Em 2017, a referida taxa para o Brasil foi 12,4 e para o estado 15,1, por mil nascidos vivos.



Governo do Estado da Bahia
Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CECA

Gráfico 3.1 – Taxa de mortalidade infantil, por mil nascidos vivos, por ano do óbito – Bahia e Brasil – 2010 a 2017

Fonte: Ministério da Saúde/ Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2019.

Dados extraídos pelo Datasus em <<http://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude/tabnet/estatisticas-vitais>> acessado em 21/10/2019.

Taxa de mortalidade em menores de cinco anos

A Taxa de mortalidade na infância (para mil nascidos vivos) baiana, ou seja, em menores de cinco anos, superou a encontrada para o Brasil, no mesmo período. Enquanto a taxa para o país demonstrou menor variação no período, a do estado baiano revelou decréscimo mais acentuado (Gráfico 3.2). A taxa para o estado nordestino passou de 20,7, em 2010, para 17,2, em 2017.

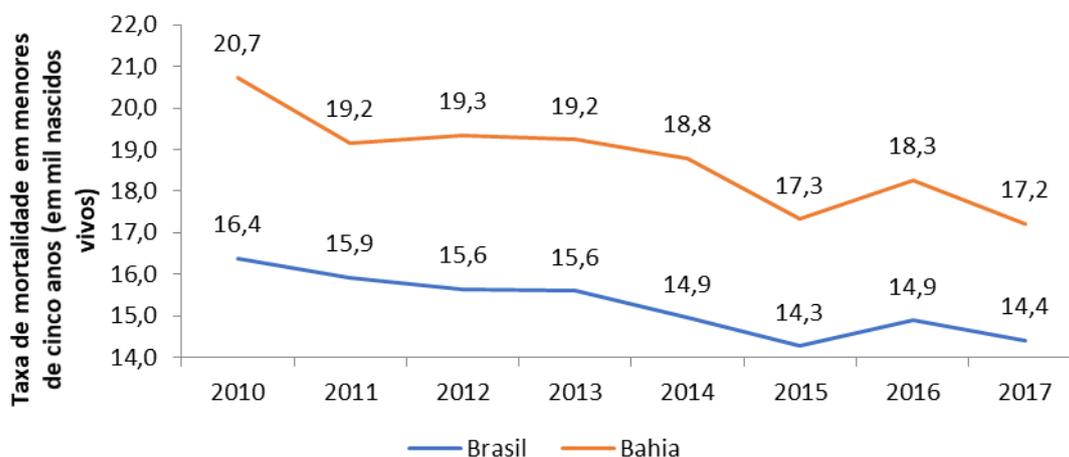


Gráfico 3.2 – Taxa de mortalidade em menores de cinco anos, por mil nascidos vivos, por ano do óbito. Brasil e Bahia, 2010 a 2017.

Fonte: Ministério da Saúde/ Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2019.

Dados extraídos pelo Datasus em <<http://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude/tabnet/estatisticas-vitais>> acessado em 21/10/2019.

Aleitamento materno exclusivo

Considerado o melhor método de alimentação do bebê, pois é nutritivo e protege contra doenças, o leite materno era o único alimento para cerca de 70% das crianças de zero a quatro meses, na Bahia, no período investigado. Para o Brasil, a taxa de prevalência do aleitamento materno exclusivo era um pouco superior. Em 2015, esse índice alcançou 73,5% no país (Tabela 3.1).

3.1 - Taxa de prevalência (%) do aleitamento materno exclusivo para crianças de zero a quatro meses por ano. Brasil e Bahia, 2010 a 2015.

País / UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	70,8	74,2	73,4	72,6	73,0	73,5
Bahia	70,9	70,9	70,8	70,5	70,5	70,8

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2019.

Governo do Estado da Bahia
Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CECA

Dados extraídos pelo Datasus em <<http://www.datasus.gov.br/SIAB/index.php?area=04>> acessado em 21/10/2019.

Consultas pré-natal

Em termos relativos, o percentual de gestantes baianas que realizaram sete ou mais consultas pré-natal foi inferior ao percentual nacional. Mas o gap entre o percentual para o Brasil e para a Bahia vem se estreitando e o índice cresce tanto no estado quanto no país.

O acompanhamento pré-natal auxilia na prevenção e detecção de doenças nas mães e nos bebês. A percentagem das jovens de 15 a 19 anos com 7 ou mais consultas pré-natal superou a das jovens de 10 a 14 anos, no país e no estado. Na Bahia, em 2017, enquanto 45,4% das mais jovens haviam tido 7 ou mais consultas, as de 15 a 19 anos alcançaram o percentual de 50,6% (Tabela 3.2).

3.2 - Percentual de gestantes com 7 ou mais consultas pré-natal, por faixa etária. Brasil e Bahia, 2010 a 2017.

País / UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	60,6	61,3	61,7	62,4	64,6	66,5	67,7	69,3
10 a 14 anos	40,3	40,5	41,3	42,0	44,8	46,7	47,7	47,9
15 a 19 anos	48,6	49,7	50,0	50,6	53,2	54,9	56,2	57,3
Bahia	41,4	44,1	46,3	47,0	51,0	55,0	58,8	60,6
10 a 14 anos	24,7	28,8	29,7	31,4	35,8	40,5	43,5	45,4
15 a 19 anos	30,8	33,7	35,5	36,1	41,3	44,8	48,9	50,6

Fonte: Ministério da Saúde/ Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2019.

Dados extraídos pelo Datasus em <<http://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude/tabnet/estatisticas-vitais>> acessado em 21/10/2019.

Desnutrição

O percentual de crianças de zero a dois anos desnutridas no estado se aproximou do índice encontrado para o Brasil (0,7%). Em 2015, 0,8% das crianças nesta faixa etária, na Bahia, estavam abaixo do peso, ou seja, apresentavam deficiência no consumo de alimentos.

Taxa específica de fecundidade

Visto que nessa idade a gravidez é considerada de risco, é preocupante a taxa específica de fecundidade entre 10 e 14 anos de idade por mil mulheres dessa faixa etária. A taxa para a Bahia (3,7) ultrapassou a do Brasil (2,9), em 2017. No referido estado e país, a taxa não apresentou variação significativa no decorrer do período avaliado (Tabela 3.3).

3.3 - Taxa específica de fecundidade entre 10 e 14 anos por mil mulheres dessa faixa etária. Brasil e Bahia, 2010 a 2017.

País / UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	3,2	3,3	3,4	3,5	3,6	3,4	3,2	2,9
Bahia	3,7	3,9	4,0	4,0	3,9	3,9	3,7	3,7

Fontes: Ministério da Saúde/ Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

IBGE/Diretoria de Pesquisas - Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2010-2060.

Governo do Estado da Bahia
Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CECA

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2019.

Dados extraídos pelo Datasus em <<http://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude/tabnet/estatisticas-vitais>> acessado em 21/10/2019.

Dados extraídos pelo Datasus em <<http://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude/tabnet/demograficas-e-socioeconomicas>> acessado em 22/10/2019.

Todavia, houve um decréscimo da taxa específica de fecundidade para mulheres entre 15 e 19 anos no Brasil e na Bahia, entre 2010 e 2017. No Brasil, a taxa foi de 55,5 e na Bahia 58,2 para o final do intervalo de tempo mencionado (Tabela 3.4).

3.4 - Taxa específica de fecundidade entre 15 e 19 anos por mil mulheres dessa faixa etária. Brasil e Bahia, 2010 a 2017.

País / UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	61,5	62,4	62,1	61,9	62,2	61,0	56,5	55,5
Bahia	64,2	66,2	63,6	61,1	60,3	59,9	58,5	58,2

Fontes: Ministério da Saúde/ Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

IBGE/Diretoria de Pesquisas - Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2010-2060.

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2019.

Dados extraídos pelo Datasus em <<http://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude/tabnet/estatisticas-vitais>> acessado em 21/10/2019.

Dados extraídos pelo Datasus em <<http://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude/tabnet/demograficas-e-socioeconomicas>> acessado em 22/10/2019.

Gestantes adolescentes

Cerca de 4,9% das jovens até 20 anos na Bahia eram gestantes em 2015. No país, esse percentual era um pouco menor e correspondeu a 3,8%. Em relação ao ano inicial da série observada, ocorreu uma redução nos percentuais para o Brasil e para a Bahia (Tabela 3.5).

3.5 - Percentual de gestantes adolescentes (idade menor que 20 anos). Brasil e Bahia, 2010 a 2015.

País / UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	5,2	5,2	5,7	5,3	4,9	3,8
Bahia	6,7	6,8	6,4	6,1	5,8	4,9

Fontes: Ministério da Saúde - Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB).

IBGE/Diretoria de Pesquisas - Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2010-2060.

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2019.

Dados extraídos pelo Datasus em <<http://www.datasus.gov.br/SIAB/index.php?area=04>> acessado em 22/10/2019.

Dados extraídos pelo Datasus em <<http://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude/tabnet/demograficas-e-socioeconomicas>> acessado em 22/10/2019.

Nascidos vivos de mães residentes

O número de nascidos vivos de mães residentes entre 10 e 14 anos, na Bahia, em termos relativos, se aproximava dos 10% dos casos do Brasil no período em análise. Enquanto

Governo do Estado da Bahia
Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CECA

ocorreram 2.155 casos na Bahia, em 2017, existiram 22.146 ocorrências para o Brasil no mesmo ano. Para as jovens entre 15 e 19 anos, o percentual era um pouco menor. Mas, em valores absolutos, 36.712 bebês nasceram na Bahia e 458.777 no Brasil de mães jovens de 15 a 19 anos.

Domicílios com abastecimento de água

Uma série de enfermidades pode ser redutível através do acesso à saneamento básico. No período investigado, o percentual de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos com acesso à rede geral de distribuição de água, na Bahia, se aproximou dos índices encontrados para o país. Em 2018, no estado, esse índice correspondia a 83,3%, enquanto que no Brasil era de 82,7%.

Internações hospitalares por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado

As internações hospitalares por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado é um indicador *proxy* para medir a qualidade do meio ambiente e o acesso das populações ao saneamento básico. Apesar da Bahia apresentar um número elevado de casos de internações relacionadas às condições inadequadas de saneamento, esse número caiu a menos da metade do encontrado no ano inicial da série observada para todas as idades.

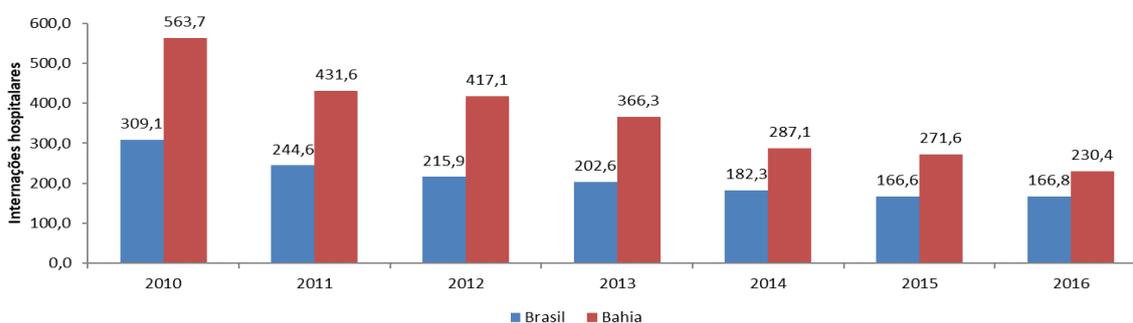


Gráfico 3.3 Internações hospitalares por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado. Brasil e Bahia, 2010 a 2016.

Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de Informações sobre Internação Hospitalar (SIH).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2019.

Dados extraídos através do Sidra em <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/898>> acessado em 23/10/2019.

4. SEGURANÇA

Entre as crianças e os adolescentes Brasileiros e Baianos, no que concerne as causas externas, prevaleceram as mortes por acidentes e agressões, entre 2010 e 2017. Todavia, enquanto houve decréscimo da taxa de mortalidade por acidentes, ocorreu ampliação da taxa de mortalidade por agressões (Gráfico 4.1). Na Bahia, a taxa de mortalidade de crianças e adolescentes por agressões (31,0) foi cerca de três vezes a taxa por acidentes (11,2) em 2017.

Governo do Estado da Bahia
Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CECA

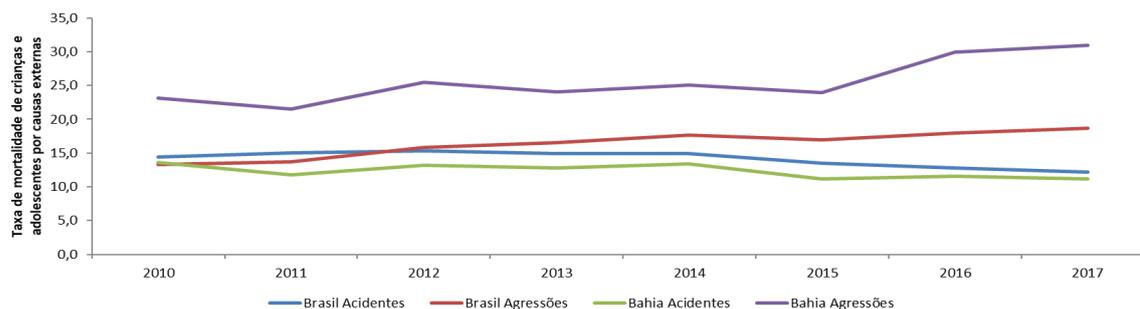


Gráfico 4.1 Taxa de mortalidade de crianças e adolescentes segundo as duas maiores causas externas por 100 mil habitantes. Brasil e Bahia, 2010 a 2017.

Fontes: Ministério da Saúde/ Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

IBGE/Diretoria de Pesquisas - Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2010-2060.

Notas: Outros inclui Eventos (fatos) cuja intenção é indeterminada, Complicações de assistência médica e cirúrgica e Sequelas causas externas de morbidade e mortalidade.

Dados extraídos em 23 de outubro de 2019.

A taxa de mortalidade de crianças e adolescentes por intervenções legais e operações de guerra passou de 0,4, em 2010, para 3,9, em 2017, nesse estado nordestino. Ainda outro alerta a ser feito é o aumento do suicídio entre os jovens baianos. A taxa de mortalidade de crianças e adolescentes por lesões autoprovocadas intencionalmente dobrou no período analisado, soltou de 0,6 para 1,1.

Notificações de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra crianças e adolescentes

Segundo dados do Ministério da Saúde, para o Brasil e Bahia, o número de notificações de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra crianças e adolescentes exhibe ampliação no período em todos os intervalos etários. O fato pode ocorrer de ambos, do aumento dos casos de violência e da intensificação dos esforços de registro.

Com exceção do grupo de idade composto por indivíduos entre 5 e 9 anos, há uma ampliação do número de casos com a elevação da faixa etária. Na Bahia, em 2017, ocorreram 259 notificações para os menores de 1 ano de idade, enquanto foram registradas 2.006 ocorrências para os jovens de 15 a 19 anos. É importante ressaltar que, de maneira geral, a medida em que os indivíduos crescem, eles próprios podem relatar as violências sofridas. Nesse sentido, as crianças menores são mais vulneráveis.

Quadro de Assinaturas

Este documento foi assinado eletronicamente por:

Matheus de Alencar Palha da Silva
Remetente - Assinado em 30/03/2023



Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço <https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia>, digitando o código de autenticação: C2MDY2MJI5